COLAPSO DA SAÚDE DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

LARISSA NEVES DA SILVA

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o colapso da saúde física e mental dos profissionais da educação básica no Brasil, discutindo os fatores que contribuem para este cenário e possíveis estratégias de enfrentamento. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada em obras e estudos recentes que abordam a saúde do trabalhador, a psicologia educacional e as condições laborais no contexto escolar. Ao longo da análise, identificam-se causas multifatoriais, incluindo sobrecarga de trabalho, precarização das condições de ensino, violência escolar, ausência de políticas públicas efetivas e impactos do avanço tecnológico sem o devido suporte pedagógico. O estudo aponta que os professores enfrentam um ambiente de crescente estresse ocupacional, caracterizado por demandas excessivas, pressão por resultados e falta de valorização profissional, o que resulta em altos índices de adoecimento físico e emocional. Considera-se que o enfrentamento desse cenário exige políticas públicas integradas, investimentos estruturais nas escolas, formação continuada e ações voltadas à promoção da saúde mental no ambiente escolar. Conclui-se que, sem medidas urgentes e abrangentes, a continuidade do atual modelo poderá agravar ainda mais o quadro de adoecimento, comprometendo não apenas o bem-estar dos educadores, mas também a qualidade da educação ofertada.

Palavras-chave: Saúde do professor; Educação básica; Estresse ocupacional; Precarização do trabalho; Políticas educacionais.

Abstract

This article aims to analyze the collapse of physical and mental health among basic education professionals in Brazil, discussing the factors that contribute to this scenario and possible coping strategies. It is a qualitative bibliographic research, based on recent studies addressing occupational health, educational psychology, and working conditions in the school context. The analysis identifies multifactorial causes, including work overload, precarious teaching conditions, school violence, lack of effective public policies, and impacts of technological advances without proper pedagogical support. The study points out that teachers face an environment of increasing occupational stress, characterized by excessive demands, pressure for results, and lack of professional appreciation, leading to high rates of physical and emotional illness. The conclusion emphasizes the need for integrated public policies, structural investments in schools, ongoing training, and mental health promotion to prevent further deterioration in educators' well-being and the quality of education.

Keywords: Teacher health; Basic education; Occupational stress; Work precarization; Educational policies.

Introdução

O adoecimento físico e mental dos profissionais da educação básica tem se tornado um fenômeno crescente no Brasil e em diversos países. Embora o trabalho docente esteja tradicionalmente associado a uma missão social e cultural de alta relevância, as condições atuais de exercício da profissão revelam um quadro preocupante. O contexto escolar, cada vez mais exigente e complexo, impõe ao professor múltiplas funções, que vão muito além do ato de ensinar.

Segundo Codo (2006), a profissão docente carrega consigo uma carga emocional intensa, pois envolve relações interpessoais constantes, mediação de conflitos e a responsabilidade de lidar com a formação integral de crianças e adolescentes. Essa complexidade se agrava quando associada à falta de recursos materiais, ao excesso de turmas, à violência escolar e às demandas burocráticas que consomem parte significativa do tempo do educador.

No Brasil, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021) indicam que o magistério está entre as ocupações com maiores índices de afastamento por transtornos mentais e comportamentais. Esses afastamentos estão relacionados, principal-

mente, à síndrome de burnout, depressão, transtornos de ansiedade e doenças psicossomáticas.

O presente estudo, de caráter bibliográfico, busca compreender as causas e consequências do colapso da saúde do professor da educação básica, analisando o fenômeno à luz de estudos acadêmicos e relatórios institucionais. O objetivo é fornecer uma visão abrangente que possa subsidiar ações preventivas e políticas públicas eficazes.

1. Desenvolvimento

1.1 Fundamentação teórica

A saúde do trabalhador é entendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010) como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. No caso do professor da educação básica, este conceito adquire particular relevância, pois sua atuação não se restringe à transmissão de conteúdos, mas envolve intensa interação social, mediação de conflitos, gestão emocional e constante adaptação às mudanças sociais e tecnológicas.

Gasparini, Barreto e Assunção (2005) destacam que a docência é uma das profissões mais expostas ao estresse ocupacional, devido a fatores como sobrecarga de trabalho, múltiplos vínculos empregatícios, falta de recursos materiais e ausência de apoio institucional. A precarização das condições de trabalho, além de reduzir a qualidade do ensino, compromete a saúde física e mental do educador.

Do ponto de vista físico, problemas musculoesqueléticos e distúrbios vocais são recorrentes entre professores. Fernandes e Rocha (2014) apontam que "o uso prolongado da voz, associado a posturas inadequadas e longas jornadas, contribui para o surgimento de disfonia, dores lombares e fadiga crônica" (p. 249). Além disso, a falta de pausas regulares e o acúmulo de tarefas administrativas ampliam a vulnerabilidade do corpo ao desgaste.

No aspecto mental, a síndrome de burnout é amplamente documentada. Maslach e Leiter (2016) definem o burnout como um estado de exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, resultante da exposição prolongada a condições de trabalho estressantes. Benevides-Pereira (2010) acrescenta que, na docência, o burnout é intensificado pela pressão por resultados imediatos e pela necessidade constante de lidar com demandas emocionais dos alunos e suas famílias.

A pandemia de COVID-19 acentuou esse cenário. Pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2021) revelou que mais de 70% dos professores relataram piora significativa de sua saúde mental durante o ensino remoto emergencial. A rápida transição para as tecnologias digitais, sem treinamento adequado, gerou ansiedade, sobrecarga e sensação de impotência pedagógica, conforme observa Kenski (2012) ao discutir a necessidade de formação continuada para o uso das TICs.

O contexto brasileiro agrava-se pela desigualdade socioeconômica, pela violência escolar e pelo déficit crônico de investimentos em educação. Oliveira (2004) argumenta que a flexibilização e a precarização do trabalho docente resultam em insegurança profissional e intensificação das jornadas, fatores que "corroem a identidade do professor e comprometem sua saúde" (p. 1130). Codo (2006) complementa afirmando que o desgaste emocional do educador está relacionado não apenas à sala de aula, mas também à falta de reconhecimento social e institucional.

Portanto, o colapso da saúde física e mental dos profissionais da educação básica no Brasil é resultado de um conjunto de fatores interdependentes — estruturais, organizacionais e psicossociais — que se acumulam ao longo da trajetória profissional. A compreensão desse fenômeno exige um olhar sistêmico, capaz de articular as dimensões macroestruturais da política educacional às vivências cotidianas do professor em seu ambiente de trabalho.

Estudos como o de Gasparini, Barreto e Assunção (2005) demonstram que as condições de trabalho do docente afetam diretamente sua qualidade de vida. Ambientes inseguros, falta de reconhecimento e excesso de exigências burocráticas são apontados como fatores determinantes para o desgaste emocional.

De acordo com Maslach e Leiter (2016), a sín-

drome de burnout, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, é uma das principais causas de afastamento entre educadores. Esse fenômeno não apenas prejudica a saúde do professor, mas também compromete a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

1.2 Impactos físicos e psicológicos

O colapso da saúde do professor manifesta-se de forma multifacetada. No âmbito físico, há relatos frequentes de problemas vocais, dores musculoesqueléticas, cefaléia e distúrbios do sono (FERNANDES; ROCHA, 2014). Esses problemas resultam da combinação entre a postura prolongada, esforço vocal intenso e ausência de pausas adequadas durante a jornada.

No aspecto psicológico, predominam sintomas como irritabilidade, ansiedade, apatia e sensação de impotência diante das dificuldades cotidianas. De acordo com Benevides-Pereira (2010), a sobrecarga emocional associada à baixa valorização social e salarial intensifica o risco de adoecimento psíquico.

A docência, especialmente na educação básica, é marcada por uma rotina de alta demanda física e emocional. Do ponto de vista físico, as condições de trabalho frequentemente expõem os professores a esforços repetitivos, posturas inadequadas e uso prolongado da voz. Segundo Assunção e Oliveira (2009), os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) e os problemas vocais são os agravos mais comuns, resultando de longas horas em pé, deslocamentos entre turmas e ausência de ergonomia no ambiente escolar. Fernandes e Rocha (2014) observam que "a sobrecarga física decorrente da ausência de pausas regulares e da pressão por produtividade afeta diretamente a resistência física do docente" (p. 250).

Entre as doenças mais recorrentes encontram-se a lombalgia, as tendinites, a fadiga crônica e a disfonia. Gasparini, Barreto e Assunção (2005) ressaltam que o uso intenso e contínuo da voz, somado à exposição a ambientes ruidosos, é um fator determinante para o adoecimento vocal. Essa condição é agravada quando há carência de apoio técnico, como acompanhamento fonoaudiológico preventivo.

No campo psicológico, os impactos são igualmente preocupantes. A síndrome de burnout, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, é amplamente relatada entre professores. Maslach e Leiter (2016) apontam que ambientes de trabalho com alta demanda e baixo suporte institucional são propícios para o desenvolvimento dessa síndrome. Benevides-Pereira (2010) complementa que, na docência, o burnout é intensificado pelo contato constante com situações de indisciplina, violência e pressão por resultados imediatos.

Além do burnout, quadros de ansiedade e depressão têm se tornado frequentes. Pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2020) mostrou que professores brasileiros estão entre os mais afetados por estresse ocupacional no mundo, com índices elevados de insatisfação e sintomas depressivos. A pandemia de COVID-19, conforme relatório da CNTE (2021), agravou esses problemas, pois a adaptação emergencial ao ensino remoto implicou aumento da carga horária, falta de preparo técnico e isolamento social.

O impacto psicológico, entretanto, não se limita às doenças diagnosticáveis. De acordo com Codo (2006), há um desgaste afetivo progressivo, no qual o professor perde o sentido de pertencimento e a motivação pela profissão. Esse esgotamento, aliado à sobrecarga física, cria um ciclo de adoecimento no qual a recuperação se torna cada vez mais difícil, levando muitos docentes a afastamentos prolongados ou até à desistência da carreira.

Portanto, os impactos físicos e psicológicos no magistério da educação básica no Brasil não devem ser analisados isoladamente. Eles se retroalimentam, uma vez que dores crônicas podem gerar sofrimento mental, enquanto estados emocionais debilitados comprometem o cuidado com a própria saúde física. A compreensão dessa interação é fundamental para a formulação de políticas de prevenção e promoção da saúde docente, considerando o trabalho do professor como uma atividade de alta complexidade e vulnerabilidade.

1.3 Fatores estruturais e sociais

A precarização do trabalho docente não se limita às questões salariais. Envolve, também, o déficit de infraestrutura escolar, a insuficiência de recursos didáticos e a ausência de apoio institucional para lidar com situações de indisciplina e violência escolar.
Conforme aponta Oliveira (2004), o professor é frequentemente responsabilizado por resultados educacionais que dependem de múltiplos fatores externos, como a realidade socioeconômica dos alunos e as políticas públicas de investimento. Essa responsabilização injusta intensifica a pressão e contribui para o desgaste profissional.
Outro aspecto relevante é o impacto das tecnologias digitais. Embora ofereçam novas possibilidades pedagógicas, sua implementação sem formação adequada gera frustração e aumenta a carga de trabalho, já que exige do professor habilidades técnicas e adaptações constantes (KENSKI, 2012).
O adoecimento físico e mental dos profissionais da educação básica no Brasil não pode ser compreendido apenas sob a ótica individual, pois está fortemente vinculado a fatores estruturais e sociais que moldam as condições de trabalho. Esses fatores abrangem desde a infraestrutura escolar precária até políticas educacionais que intensificam a sobrecarga docente.
Em termos estruturais, a carência de recursos físicos e tecnológicos compromete tanto a qualidade do ensino quanto a saúde dos professores. De acordo com Gatti e Barreto (2009), a falta de materiais adequados, salas superlotadas e ambientes mal ventilados são elementos recorrentes na rede pública de ensino, que exigem maior esforço físico e vocal dos docentes. Situações como ruído excessivo, ausência de climatização e mobiliário inadequado ampliam a exposição a riscos ergonômicos e vocais (FERREIRA; FREIRE, 2016).
Outro fator estrutural relevante é a carga horária elevada e fragmentada. Muitos professores acumulam jornadas em diferentes escolas, deslocando-se longas distâncias para complementar a renda. Oliveira e Assunção (2010) destacam que a intensificação do trabalho, combinada à ausência de tempo para planejamento e formação continuada, compromete a recuperação física e emocional dos docentes. Esse cenário é agravado pela baixa remuneração, que, segundo dados do DIEESE (2022), mantém o salário médio dos professores abaixo da média de outros profissionais com formação equivalente.
No campo social, a crescente desvalorização da profissão e a falta de reconhecimento social desempenham papel determinante no sofrimento psíquico. Codo (2006) aponta que a percepção de invisibilidade social e a ausência de políticas consistentes de valorização profissional contribuem para sentimentos de desmotivação e abandono. Além disso, o aumento dos casos de violência escolar, relatados por Abramovay e Rua (2002), expõe os docentes a situações de risco físico e psicológico, dificultando a manutenção de um ambiente seguro e propício à aprendizagem.
A pressão por resultados imediatos, impulsionada por avaliações externas e metas estabelecidas por órgãos governamentais, também é um elemento de sobrecarga. Segundo Hypólito, Vieira e Pizzi (2009), tais políticas reforçam uma lógica produtivista na educação, na qual o professor é responsabilizado individualmente por problemas estruturais que fogem ao seu controle. Essa responsabilização indevida acentua o estresse ocupacional e o sentimento de impotência frente às dificuldades.
Assim, os fatores estruturais e sociais atuam de forma interdependente no agravamento do quadro de adoecimento docente. Infraestrutura precária, sobrecarga de trabalho, desvalorização social, violência e pressão por desempenho não são meros coadjuvantes, mas determinantes centrais na deterioração da saúde física e mental dos profissionais da educação básica. Políticas públicas que ignorem essa dimensão correm o risco de propor soluções superficiais e ineficazes, perpetuando o ciclo de desgaste e abandono da carreira.

1.4 Estratégias de enfrentamento

O enfrentamento do colapso da saúde do professor requer ações articuladas entre diferentes esferas. Do ponto de vista institucional, é fundamental implementar pro-

gramas de prevenção à saúde mental, oferecer acompanhamento psicológico e garantir condições físicas adequadas nas escolas.

A formação continuada, voltada não apenas para aspectos pedagógicos, mas também para gestão do estresse e autocuidado, pode contribuir significativamente para a resiliência profissional. Políticas públicas que valorizem o magistério, com salários dignos e planos de carreira, também são imprescindíveis.

Além disso, segundo Farias e Neto (2017), a construção de uma cultura escolar colaborativa, na qual os professores compartilhem experiências e práticas, fortalece o apoio mútuo e reduz o isolamento profissional.

O enfrentamento do colapso da saúde física e mental dos profissionais da educação básica no Brasil exige a articulação de ações estruturais, institucionais e individuais, integrando políticas públicas, práticas de gestão escolar e programas de apoio à saúde docente.

No plano das políticas públicas, a valorização da carreira docente é fundamental. Isso envolve a melhoria da remuneração, a redução da carga horária e a garantia de tempo remunerado para atividades extraclasse, como planejamento, estudo e formação continuada. Segundo Gatti e Barreto (2009), políticas de valorização salarial associadas a melhores condições de trabalho estão diretamente ligadas à redução do adoecimento e à retenção de professores na carreira. A Lei do Piso Nacional do Magistério (Lei nº 11.738/2008) representou um avanço, mas ainda encontra obstáculos em sua implementação, sobretudo nos estados e municípios com restrições orçamentárias (DIEESE, 2022).

No nível institucional, é necessário adotar práticas de gestão escolar voltadas para a promoção da saúde ocupacional. Ferreira e Freire (2016) sugerem a implantação de programas de saúde vocal, ergonomia e ginástica laboral como formas preventivas de reduzir afastamentos e melhorar a qualidade de vida no trabalho. Além disso, o suporte psicossocial aos docentes, por meio de atendimento psicológico gratuito e grupos de escuta, pode amenizar impactos emocionais relacionados à pressão por resultados e à violência escolar (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

A formação continuada é um elemento estratégico. Hypólito, Vieira e Pizzi (2009) defendem que programas de desenvolvimento profissional devem incluir temas como gestão do estresse, estratégias de autocuidado e mediação de conflitos. Esse tipo de abordagem fortalece a autonomia do docente, reduz a sensação de isolamento e amplia recursos para lidar com adversidades no ambiente escolar.

No campo legislativo e político, é imprescindível que haja maior fiscalização do cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Norma Regulamentadora NR-17, que trata da ergonomia. A efetiva aplicação dessas normas pode prevenir problemas osteomusculares e vocais, além de criar um ambiente mais saudável e inclusivo para o exercício da docência.

Por fim, é necessário reconhecer que estratégias de enfrentamento só terão eficácia se houver articulação entre os diferentes níveis de governo, sindicatos, universidades e comunidades escolares. O problema do adoecimento docente é sistêmico e, portanto, requer soluções integradas, que abordem simultaneamente as causas estruturais, sociais e individuais.

2. Considerações Finais

O colapso da saúde física e mental dos profissionais da educação básica no Brasil representa um problema de natureza complexa, que transcende o âmbito individual e se insere no campo das políticas públicas, da gestão escolar e da valorização social do trabalho docente. A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a precarização das condições de trabalho, a sobrecarga de funções, a violência simbólica e física presente no cotidiano escolar, associadas à carência de apoio institucional, constituem fatores determinantes para o adoecimento desses profissionais.

Os impactos físicos, como as lesões osteomusculares, distúrbios vocais e fadiga crônica, e os impactos psicológicos, como burnout, ansiedade e depressão, configuram-se como manifestações de um processo cumulativo de desgaste que, na maioria dos casos, não é adequadamente prevenido nem trata-

do. Esses quadros afetam diretamente a capacidade de ensino, a motivação e o vínculo do professor com a carreira, gerando absenteísmo e evasão profissional, o que, por sua vez, repercute negativamente na qualidade da educação pública brasileira.

Os fatores estruturais e sociais analisados revelam que não basta reconhecer o problema: é preciso agir sobre suas raízes. A insuficiência salarial, a inadequação das infra estruturas escolares, o excesso de alunos por turma, a pressão por resultados e a ausência de políticas de bem-estar docente são elementos que se inter-relacionam, produzindo um ambiente hostil à saúde e à permanência do professor na profissão. Embora políticas como a Lei do Piso Nacional do Magistério representem avanços, sua implementação desigual e frequentemente judicializada revela que as medidas atuais ainda não conseguem promover mudanças estruturais efetivas.

Nesse cenário, as estratégias de enfrentamento exigem uma abordagem sistêmica. É imprescindível investir na valorização profissional por meio de salários dignos, condições físicas adequadas, tempo pedagógico remunerado para planejamento, formação continuada que contemple a gestão do estresse e o autocuidado, além de oferecer suporte psicossocial constante e gratuito. Ademais, o cumprimento rigoroso das normas de saúde e segurança no trabalho, como previsto na NR-17 e na CLT, deve ser fiscalizado para garantir ambientes ergonomicamente adequados e seguros.

Por fim, é fundamental compreender que o adoecimento docente não é um problema restrito ao trabalhador, mas uma questão de saúde pública e de qualidade educacional. A construção de um sistema educacional saudável e sustentável depende do compromisso conjunto entre Estado, gestores escolares, sindicatos, universidades e comunidade. Apenas por meio de políticas intersetoriais, contínuas e baseadas em evidências científicas será possível reverter o cenário atual, fortalecendo o bem-estar docente, assegurando a permanência desses profissionais na carreira e garantindo que a educação básica cumpra seu papel social de formar cidadãos críticos, autônomos e preparados para os desafios do século XXI.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, 2002.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Debora Aparecida de. Condições de trabalho docente e saúde na educação básica no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa. Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CODO, Wanderley. Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE).
Relatório de pesquisa: condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação durante a pandemia. Brasília, 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Estudo sobre a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica no Brasil. São Paulo, 2022.

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M. Impacto das condições de trabalho na saúde dos professores da educação básica. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 247-256, 2014.

FERNANDES, Maria Helena; ROCHA, Viviane Vieira. Distúrbios da voz em professores: revisão de literatura. Revista CEFAC, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 247-257, 2014.

FERREIRA, Lígia; FREIRE, Maria Tereza. Condições ambientais e saúde vocal de professores da rede pública. Revista Distúrbios da Comunicação, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 292-303, 2016.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi

Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Prevalência de distúrbios da voz em professores do ensino fundamental. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1499-1507, set./out. 2005.
GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.
HYPÓLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; PIZZI, Laura Cristina. Trabalho docente, profissionalismo e subjetividade. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 543-564, 2009.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
MASLACH, C.; LEITER, M. P. Burnout at work: a psychological perspective. New York: Psychology Press, 2016.
MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. Burnout: the cost of caring. New York: Routledge, 2016.
OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.
Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, Debora Aparecida de; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de trabalho docente e saúde na educação básica no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 229-249, 2010.
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Saúde mental no trabalho. Genebra: OIT, 2021.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Conceito de saúde. Genebra: OMS, 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE).
TALIS 2018 Results: Teachers and School Leaders as Lifelong Learners. Paris: OECD Publishing, 2020.